

O ESTADO DA ARTE EM GÊNERO – MULHER – EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

THE STATE OF ART IN GENDER - WOMEN - IN EDUCATION IN THE STATE OF SÃO PAULO

Ana Paula Ribeiro

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Campus Araraquara
anap.ribeiro16@gmail.com

Célia Regina Rossi

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP
cregggina@gmail.com

Resumo: O artigo demonstra resultados, compreensões e inquietações de uma pesquisa feita por um(a) dos(as) autores(as), em sua graduação. O estudo buscou identificar através de um estudo teórico e bibliográfico a construção da identidade de gênero – mulher – sob uma perspectiva educacional. Para isso, fez-se a análise de resumos de 10 teses do doutorado e 10 dissertações de mestrado retiradas do banco de teses e dissertações da CAPES, defendidas nos últimos dez anos no estado de São Paulo. A partir do estudo, comprovou-se que apesar da crescente visibilidade do gênero feminino no mercado de trabalho, nas instituições escolares e na conquista da independência, casos de violência, baixo salário, preconceito, misoginia e estereótipos, continuam vigentes atualmente. Quanto à educação, há uma forte desvalorização para com a mulher, minimizando o trabalho desenvolvido nas escolas, rebaixamento em conhecimentos acadêmicos da área de exatas e, ainda, uma forte luta para a conquista de direitos negados.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Mulher; Educação.

Abstract: The article demonstrates the results, understandings and concerns of a research done by one of the authors, on his graduation. The study intention was to identify, through a theoretical and bibliographic method, the construction of gender identity - woman - from an educational perspective. In order to do this, abstracts analysis were performed with ten doctoral dissertations and ten master thesis, all stored on CAPES database and presented in the last ten years in the state of São Paulo. In spite of the increasing visibility of the female gender in the labor market, in school institutions and in their conquest of independence, cases of violence, low salaries, prejudice, misogyny and stereotypes, are still in force today. About education, it is clear that there is still a strong devaluation towards women, minimizing the work done in schools, relegation to academic knowledge of the exact sciences area and also a strong struggle for the conquest of Rights denied.

Keywords: Gender; Sexuality; Woman; Education.

Introduzindo

O interesse em estudar um tema envolvendo gênero, sexualidade, educação e mulher em uma mesma pesquisa surgiu após observar no dia a dia o cotidiano de algumas mulheres em sua família, na escola, no trabalho, e perceber as semelhanças que as envolviam.

Assim nasceu a pesquisa, um trabalho de conclusão de curso, que deu origem a este artigo. Seu objetivo foi de contribuir para que estereótipos e preconceitos ligados à mulher sejam desconstruídos. O estudo também procurou compreender de que forma é tratado o gênero – mulher – na sociedade, principalmente na educação (sala de aula, diretoria, alunas, funcionárias, professoras, conteúdo escolar), por meio de pesquisas já realizadas. Portanto, buscou-se entender através dos estudos realizados por estudantes de mestrado e doutorado em sexualidade e de relações de gênero, como são construídos estereótipos e preconceitos voltados à mulher, e entender a partir das análises e referenciais estudados o processo de desmistificação de preconceitos ligados ao gênero e sua sexualidade.

Passam-se os anos e constantemente as mulheres encaram mais obstáculos, preconceitos e desvalorização. O dia a dia de muitas ainda é voltado a cuidar da casa, dos filhos e estar disposta para seu parceiro, além do trabalho externo que muitas exercem, para além das atividades de casa e de mãe.

Atualmente algumas tarefas construídas pela sociedade como femininas foram se modificando, e as mulheres, além de esposas, mães de família, possuem uma profissão. Porém, funções como cuidar do lar e dos filhos ainda são subjugadas do sexo feminino.

Sua educação, ainda na maior parte das famílias, é direcionada para uma formação moral e que dê continuidade aos bons costumes, ora familiar, ora social. Ela tinha – e ainda tem – funções tituladas pela sociedade de governar a casa – limpar, cozinhar, cozer, cuidar dos filhos, cuidar do marido e de si mesma.

Quanto à inserção no ambiente educacional, muitas foram à luta e quebraram estereótipos, finalizaram os estudos e foram às universidades, para que após sua graduação conseguissem atuar no mercado de trabalho. O que antes era considerada atividade exclusivamente do sexo masculino, hoje foi conquistado o papel ativo das mulheres frente à educação, inserindo-se como alunas, funcionárias, docentes e gestoras.

Contudo, apesar do crescente desenvolvimento nesse meio para com o gênero feminino, estereótipos e preconceitos ainda estão presentes frequentemente no âmbito das escolas, fazendo com que as mulheres atuem mais na educação infantil e educação fundamental I, ou seja, no primeiro ciclo, pairando o discurso que a mulher não é competente para as ciências exatas. Por isso, quando atingem o ensino fundamental II ou ensino médio, atuam, na maior parte, nas áreas de história, biologia, português, geografia e artes.

O gênero mulher: da antiguidade a escolarização

Voltemos à antiguidade. No século XVII as mulheres eram voltadas à imagem de mãe, esposa e dona de casa. Sua função era de realizar o que a igreja pregava, bem como o que era divulgado pelo Estado e pela imprensa. Naquele momento elas não possuíam papel político, econômico, social e educacional perante a sociedade.

A partir do século XVIII, as escolas técnicas – com o objetivo de educar as mulheres – surgem. Entretanto, as mudanças não foram significativas, visto que a função da escola era de ensinar as mulheres a seguirem o caminho da religião, do lar e do cuidar, ignorando os prazeres da vida.

Entre os anos seguintes até o século XIX, a educação era restrita a uma quantidade mínima de meninas, bem como diferenciada dos meninos. Em dado momento elas aprendiam a ler e escrever, seguida das quatro operações simples da matemática para que, por fim, aprendessem disciplinas focadas no coser, bordar, limpar e cuidar. Nota-se até o momento que as mulheres tinham uma formação voltada aos afazeres do lar, sem uma instrução profissionalizante.

As primeiras manifestações feministas surgem no decorrer do século XIX no Brasil, trazendo reivindicações quanto ao voto, à educação da mulher e a inserção ao mercado de trabalho. Alves e Pitanguy¹ (1983, p. 74) enfatizam que o feminismo se constrói “[...] a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação [...]”.

O movimento feminista em sua história teve quatro momentos/décadas de extrema importância: 1830, 1870, 1920 e 1970 (DUARTE, 2003). O primeiro momento, em 1830, mulheres levantaram a bandeira e lutaram para a conquista do direito ao aprendizado, a leitura e a escrita, destinado até então ao sexo masculino. Duarte (2003, p. 153) afirma que “[...] foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para a si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras [...]”.

A luta pela ampliação da educação feminina e o direito ao voto tomaram conta do movimento feminista na década de 1870. Naquele período as mulheres não eram reconhecidas, portanto não se beneficiavam do ensino superior, do divórcio, trabalho remunerado e do direito ao voto (DUARTE, 2003).

Para tanto, a década de 1920 foi considerada, particularmente, a mais importante para o movimento feminista. As mulheres buscavam reconhecimento, um estudo digno, um trabalho remunerado e a sua independência. Grupos e líderes feministas começam, a partir daquele momento, a se destacar em jornais e imprensa.

¹ Neste estudo, adotou-se o uso de caixa alta para indicar autores estudados e citados nas análises dos resumos das teses e dissertações ou no uso de parênteses, e o uso de letras comuns para fazer referências aos autores que foram citados pelos(as) pesquisadores(as) ou pelos teóricos estudados no restante da pesquisa.

Enfim 1970. Segundo Duarte (2003, p. 165), esse foi “[...] o momento da onda mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal [...]”. As mulheres reivindicavam maior visibilidade, uma melhor condição de trabalho e uma melhor posição política. Temas como aborto, maternidade, dupla jornada, prostituição e mulheres na política são discutidos com frequência nos jornais e na imprensa do Brasil. Naquele período um fato importante acontece no movimento feminista e no mundo: O dia 08 de março é declarado como Dia Internacional da Mulher, por iniciativa da ONU, e passa a ser comemorado em todo o país (DUARTE, 2003).

Contudo, ao estudarmos a história das mulheres na Antiguidade, nota-se que as mesmas sempre estiveram em trabalho constante, pesado e nunca foram reconhecidas ou valorizadas pela sociedade, ou quando foram, sempre em condições menores, mais desfavoráveis, ganhando menos e tendo poucas condições de trabalho, comparadas ao homem.

Na cultura romana as mulheres exerciam variadas funções, todas de caráter feminino: costureiras, lavadeiras, médicas e parteiras (MILES, 1989). Já o trabalho da mulher primitiva era duro, cansativo, exaustivo. Frequentemente as mesmas executavam tarefas julgadas de caráter masculino, além de cuidar da casa, da família, dos animais e do campo. Alguns documentos históricos afirmam que as mulheres na época participaram das construções das pirâmides do Egito, bem como outros trabalhos exaustivos: as “pedreiras de templo da Lídia”, “barqueiras dos canais da Birmânia”, e as “cavadoras de terra na China” (MILES, 1989).

Percebe-se que as mulheres – em determinado período – não eram isentas de participar de trabalhos exaustivos e duros, entretanto não eram reconhecidas por isso. O estereótipo de que mulheres são o ‘sexo frágil’ e são inaptas ao trabalho braçal, é desconstruído naquele momento.

Com a evolução das sociedades ocidentais, algumas tarefas eram divididas dentro de casa entre a mulher e seu parceiro. O dever da mulher ainda era o de cuidar do lar, da família e dos filhos, enquanto homens executavam as demais tarefas fora de casa, consideradas como braçais. Todavia, mesmo dentro de casa a mulher acabava contribuindo para a vida social e econômica da família.

[...] homens e mulheres não só executavam tarefas diferentes, mas também ocupavam espaços diferentes. Mas o progresso material da família dependia tanto da esposa quanto do marido. A mulher trabalhava em todos os tipos de atividades, muitas delas extensões de suas funções domésticas, como o cuidado de animais domésticos ou a confecção de roupas. Enquanto o homem assumia primazia nos papéis públicos, a mulher prevalecia na esfera doméstica, mas esta tinha o maior peso na vida econômica e social da família. Apesar de limitada à esfera da família, a mulher exercia um poder que decorria da gerência da unidade doméstica. (BRUSCHINI, 1990, p. 33)

Atualmente muitas das conquistas das mulheres no movimento feminista não agregam valor para a sociedade atual em que vivemos. As mulheres conquistaram o direito ao voto, a inserção no mercado de trabalho, a construção da identidade. Entretanto o sexo feminino ainda é considerado como frágil e dependente de um homem. Questões como o cuidado com as crianças, com a família e tarefas domésticas continuam sendo, na maioria das vezes, de responsabilidade feminina.

Em sua grande maioria, homens consideram que questões do casamento devem ser colocadas à mostra para a sociedade. Portanto, tarefas como domésticas e/ou a função de cuidar dos filhos pode não ser vistas como “másculas”. Oliveira (2013, p. 141) afirma que:

[...] o casamento enquanto instituição que visa dar uma justificação à sociedade por um determinado comportamento sexual e amoroso, no qual, geralmente, a mulher assume a posição de submissa ao homem, poderia ser coerentemente substituído por um relacionamento mais maduro e responsável, sem a necessidade de justificativas à sociedade.

IBGE (2014) no último ano, mulheres com 16 anos ou mais, realizavam 88% das tarefas domésticas, enquanto apenas 46% são realizadas por homens. Portanto, considerando a jornada de trabalho mais os afazeres domésticos, as mulheres possuem uma jornada semanal de 56,4 horas, 5 (cinco) horas a mais do que a carga horária masculina.

Mulheres defrontam-se com uma jornada tripla – ambiente profissional, trabalhos domésticos e cuidar dos filhos –, dado que seus parceiros não as ajudam com as atividades do lar. Constata-se que “ajudar” é um termo subjugado e colocado pela sociedade, já que caracterizam que o parceiro não deve fazer os afazeres domésticos, mas sim ajudar – se for de sua vontade – a sua parceira, tornando-se assim uma atividade totalmente feminina.

Gomes (2000) afirma que constantemente o trabalho doméstico é realizado pelo sexo feminino, uma cultura histórica, já que muitas das mulheres realizam tais funções desde a infância, evidenciando o papel imposto pela sociedade:

[...] os papéis da mulher e da menina se encontram no trabalho doméstico, pois é uma forma de trabalho conduzida e reproduzida no ambiente privado, espaço socialmente destinado à figura feminina. Ou seja, para se compreender esse trabalho, necessariamente, tem-se que associar à história da mulher. Por isso, entende-se trabalho doméstico infanto-juvenil como uma questão de gênero (GOMES, 2000, p. 37).

Outro problema enfrentado pela sociedade feminina são os empecilhos impostos de seu sucesso profissional com a maternidade. Segundo Diniz (2002), as mulheres deixam o lado maternal para se profissionalizarem e constroem uma carreira profissional, colocando em primeiro plano sua ativa participação no mercado de trabalho, na busca de cursos de especialização e universidades.

De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (2009), a Síntese de Indicadores Sociais mostra que a taxa de fecundidade, ou seja, a média de filhos foi reduzida durante as últimas décadas, relacionando-se com o nível de escolaridade das mães. Segundo a pesquisa, mulheres com menos de sete anos de estudo têm filhos mais cedo (entre 20 e 24 anos), 37% do total. Contudo, as mulheres que possuem mais de oito anos de estudo, as taxas de fecundidade são cerca de 25% do total.

Através da educação as mulheres construíram possibilidades de atuar fora das cercanias da casa, dos filhos e das imposições domésticas, onde progrediram e conquistaram muitas coisas das quais lutaram por décadas. Hahner (1981, p. 54) ressalta que “[...] com a educação, poderiam recuperar os direitos perdidos, criar seus filhos adequadamente, ter compreensão das finanças e dos negócios de suas famílias, e serem a companheira, e não a escrava do marido [...]”. Com a inserção da mulher nas escolas – nos mesmos direitos de estudos dos homens –, as mudanças começaram a acontecer.

Atualmente muitas mulheres se casam com uma idade mais avançada ou não se casam, podem assumir o comando da família, possuem uma maior expectativa de vida, decidem pela maternidade ou não e possuem estabilidade própria. Muitas mulheres não ficam restritas ao lar, aos deveres de casa. Elas podem comandar escolas, universidades, empresas e até mesmo o nosso país, como é o caso da ex-presidente Dilma Roussef. Contudo ainda há mulheres em condições de violência, preconceito, com jornadas triplas ou só atuando em casa, por determinação da família ou do companheiro.

Com relação à educação e a mulher, nota-se que elas estão presentes em todos os níveis de escolaridade e, na maioria das vezes, estão em maior porcentagem comparada aos homens. Além disso, apresentam um maior desempenho escolar, tornando-se mais alfabetizadas e então, mais aptas a se inserirem em ambientes profissionais. Entretanto, obstáculos em diversas esferas educacionais necessitam ser combatidos.

Pensar a educação sob uma visão de gênero, não só ao sexo feminino, permite produzir novos caminhos no processo de reestruturação de conceitos sociais e culturais, trazendo a possibilidade de acabar, ou ao menos reduzir pensamentos, ações e experiências preconceituosas – muitas vezes involuntariamente – da sociedade.

Portanto, questões de gênero para com a mulher devem ser discutidas e combatidas em nosso país, pois apesar de muitas conquistas das mulheres durante décadas, o preconceito, a

desigualdade e estereótipos nos cercam até hoje.

Contextualizando o estudo

Este estudo teve como objetivo analisar estereótipos e preconceitos que a sociedade julga para com a mulher, de que forma o gênero – mulher – é tratado dentro da educação e como podemos contribuir para que termos ligados à sexualidade feminina sejam desmitificados.

Para tanto, durante a pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, e o estudo foi compreendido pela análise de resumos de teses e dissertações retiradas do “banco de teses” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), das quais foram defendidas nos últimos dez anos dentro do estado de São Paulo. Tais resumos compreendiam a questão e problematização do gênero feminino, educação, sociedade e sua sexualidade. Ao todo, foram feitas as análises de 20 (vinte) resumos, configurados em 10 (dez) teses e 10 (dez) dissertações.

No decorrer do estudo, os contributos vieram de alguns teóricos para a problematização do tema, tais como Bruschini (1990), Beauvoir (1967), Duarte (2003), Alves e Pitanguy (1983). Além disso, foram feitos apontamentos preliminares na pesquisa, onde a intenção foi de promover um conhecimento com base em reflexões, buscando respostas para as questões elaboradas e trazendo discussões por meio do levantamento dos dados, enriquecendo a temática e contribuindo com mais uma produção na área.

Selecionada as teses e dissertações, buscou-se dividir as mesmas em dois diferentes grupos: um grupo sinalizando as mulheres e suas conquistas na sociedade, e outro com a inserção das mulheres num contexto educacional. Tudo isso no período dos últimos 10 (dez) anos.

Para tanto, o estudo dos resumos de teses e dissertações defendidas no período citado permitiu detectar mudanças, transições, permanências e contribuições ao tema abordado pelas pesquisas, pois um período de 10 (dez) anos sofre interferências de diferentes pensamentos e demonstra uma trajetória que pode implicar em transformações (abordagens, conteúdos, conceitos) que não devem ser desconsideradas por pesquisadores/as que pretendem utilizar a categoria gênero – mulher – sob uma perspectiva da educação.

Organizados por teses e dissertações em dois diferentes grupos, segue os títulos dos trabalhos estudados:

Teses que abordaram o tema gênero – mulher – e sua identidade:

- 1) FAVARO, Carla Sabrina. Entre o prover, o trabalhar e o cuidar: a participação das mulheres unidas no provimento doméstico e seus reflexos na organização familiar. 2013.
- 2) SILVEIRA, Nereida Salette Paulo. Mulheres Gerentes: Construindo as Identidades de Gênero no Trabalho. 2010.
- 3) OGIDO, Rosalina. Adolescência, maternidade e mercado de trabalho: uma relação em construção. 2011.
- 4) SOUZA, Marcos Santana. “Sou policial, mas sou mulher”: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo. 2014.
- 5) ANGELIN, Paulo Eduardo. Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares. 2012.

Dissertações que abordaram o tema gênero – mulher – e sua identidade:

- 1) MODESTO, Ângela Esteves. Concepções de gênero em um centro de atendimento à saúde da mulher. 2013.
- 2) SILVEIRA, Maria Natália Barboza. As delegadas de polícia de São Paulo: profissão e gênero. 2009.
- 3) BRIGUGLIO, Bianca. De casa para o trabalho, do trabalho para casa: trajetórias de emprego e desemprego de mulheres na cidade de São Paulo. 2013.
- 4) OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista. Sexualidade, maternidade e gênero: experiências de socialização de mulheres jovens de estratos populares. 2007.
- 5) OLIVEIRA, Arlete dos Santos. Mulheres negras e Educadoras: de amas-de-leite a professoras. Um estudo sobre a construção de identidades de mulheres negras na cidade de São Paulo. 2009.

Teses que abordaram o tema gênero – mulher – e a educação:

- 1) NICOLINO, Aline da Silva. Novas e velhas configurações da sexualidade e do corpo feminino: pesquisa-ação na educação com escolares. 2007.
- 2) ANDRADE, Maria Celeste de Moura. Escola e Gênero: produção de meninas e mulheres cidadãs?. 2010.
- 3) FABRRO, Márcia Regina Cangiani. Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. 2006.
- 4) SABOYA, Maria Clara Lopes. Alunas da Engenharia Elétrica e Ciência da Computação: estudar, inventar, resistir. 2009.
- 5) NEVES, Paulo Rogério da Conceição. Disposições de gênero e violências escolares: entre traições e outras estratégias socializadoras utilizadas por jovens alunas de uma instituição privada do município de São Paulo. 2013.

Dissertações que abordaram o tema gênero – mulher – e a educação:

- 1) LEONCY, Christiane Evelyn Teixeira. Mulheres na EJA: questões de identidade e gênero. 2013.
- 2) HERMINIO, Ana Beatriz. Violência escolar e a expectativa de comportamento feminino: percepções de professores/as e diretores/as presentes nos registros de cadernos de ocorrência. 2014.
- 3) NEVES, Paulo Rogério da Conceição. As meninas de agora estão piores que os meninos: gênero, conflito e violência na escola. 2008.
- 4) OLIVEIRA, Eva Susana Soares. Qualidade de vida das mulheres de carreira docente. 2012.
- 5) MANZATO, Carolina Rodrigues. Educação de jovens e adultos: palavras de mulheres a respeito do processo de escolarização. 2007.

Entretanto, para o presente artigo, apresentaremos apenas as considerações e resultados obtidos através da análise e compreensão dos 20 (vinte) resumos, bem como as contribuições vindas dos teóricos estudados para um melhor resultado do estudo.

Resultados e conclusões

O presente estudo procurou entender como o gênero – mulher – estava inserido no estado de São Paulo, se questões como estereótipos, discriminação, misoginia, violência e preconceitos ainda ocorriam e como o estado se portou diante de tais fatos, analisando assim, caso a caso, em resumos de teses e dissertações. Conforme citado acima, foram analisadas 10 (dez) teses e 10 (dez) dissertações, que configuraram os temas: o gênero – mulher – e sua identidade e, o gênero – mulher – e a educação.

Para análise dos resultados, foi preciso compreender algumas questões referentes ao assunto estudado, para que as seguintes indagações auxiliassem no desenvolvimento dos estudos e suas conclusões. Por isso, nesse momento, é imprescindível retornar a tais questionamentos: O tema gênero – mulher – é frequentemente discutido no estado de São Paulo? Como as políticas públicas de educação do estado se comporta diante de acontecimentos envolvendo o gênero? Como o assunto foi abordado nas teses e dissertações analisadas?

Durante a coleta de dados no “banco de teses” da CAPES, deparamo-nos com teses e dissertações que discutiam em seu contexto temáticas envolvendo o gênero – mulher – e sua identidade. Decidiu-se por estudá-las – o que antes não seria feito –, pois poderia ser realizado um contraponto e esclarecer dúvidas que estavam pertinentes. Após isso, as teses e dissertações foram constituídas e divididas em dois grupos e temas.

A leitura do primeiro grupo dos estudos – que estudaram relações pertinentes à mulher e sua identidade –, permitiu compreender situações envolvendo a mulher, sua identidade e sociedade, e como o estado de São Paulo se porta diante de tais questões. Ao todo, foram analisadas 5 (cinco) teses e 5 (cinco) dissertações referentes ao grupo. Em contexto geral, o grupo analisado mostrou a sexualidade da mulher, a conquista da identidade no lar, no trabalho, a maternidade e o gênero.

A maior parte dos resumos enfatiza a inserção da mulher no campo profissional e quais são os obstáculos enfrentados para tal conquista. Outras buscaram destacar a identidade da mulher e como esse espaço foi construído nos lares, em hospitais e em sua maternidade.

O segundo grupo – que estudaram temas relacionando a mulher e a educação –, verificaram momentos que situaram a mulher e o campo educacional no estado de São Paulo. Ao todo, assim

como o primeiro grupo, foram estudadas 5 (cinco) e 5 (cinco) dissertações. Resumidamente, este segundo grupo buscou encontrar relações entre a mulher e a educação. A mulher como professora, bem como a construção de gênero dentro das instituições escolares e universidades foram os subtemas mais identificados neste grupo.

O método utilizado e realizado na pesquisa permitiu pensar sobre todo o percurso e enfrentamentos da mulher quanto às conquistas perante a sociedade, a busca de identidade e a quebra de estereótipos. Para isso, é válido ressaltar – mais uma vez – que apenas no século XIX apareceram os primeiros movimentos das mulheres, conquistando assim pequenos espaços no país.

As teses e dissertações, pensando na identidade da mulher, permitiram refletir quais são os avanços e retrocessos acontecidos nos últimos dez anos, visando às conquistas alcançadas até o presente momento. Contudo, os outros resumos, visando à mulher e a educação, trouxeram a compreensão dessas conquistas de identidade, porém refletidas no campo educacional do estado de São Paulo. Portanto, analisando as categorizações feitas, foi possível, através delas, uma melhor análise dos dados e entendimento dos fatos.

Por meio das leituras, estudo, reflexões e análises das teses e dissertações identificou que foram utilizadas várias abordagens metodológicas. Porém, na grande maioria, o método qualitativo foi o escolhido e, como apoio, foram realizadas leituras de grandes teóricos pertinentes ao tema da pesquisa e outras ferramentas para dar desenvolvimento aos trabalhos, como observações – a fim de conhecer os integrantes da pesquisa realizada e a realização de registros de campo e entrevistas. Estas, por sua vez, tiveram o objetivo de caracterizar os participantes da pesquisa.

A maioria dos estudos é de autoria feminina. Apenas 4 (quatro) das pesquisas estudadas são de autoria masculina: SOUZA (2014), NEVES (2013), ANGELIN (2012) e NEVES (2008). De fato, pode-se constatar que estudos de gênero, principalmente no que tange a mulher, são realizados, na maioria das vezes, pelo sexo feminino. Tal comprovação é relatada por Rosemberg (1993), afirmando que a presença de mulheres que foram educadas em áreas de humanas foi decisiva na formação de pesquisas relacionadas à mulher.

Relacionando o gênero com a educação, muitos autores afirmaram que a desigualdade e estereótipos estão voltados a cultura, bem como algo natural, já que a educação se forma de acordo com o sexo do indivíduo. A tese de SABOYA (2009) fez referência aos cursos de computação e engenharia elétrica na universidade. SABOYA (2009) afirmou que, durante o curso, as meninas tendem a passar por preconceitos e lutam para se inserirem no ambiente acadêmico do curso. Isto porque, de acordo com a sociedade, cursos como estes são considerados másculos, assim como os trabalhos braçais, traçando o julgamento das mulheres como frágeis.

Porém, para outros autores estudados, a educação pode ser o caminho para mudanças, para a desconstrução de estereótipos. Na dissertação de MODESTO (2013), a mesma fez referência à construção do gênero em um centro de saúde à mulher do estado de São Paulo. A dissertação caracterizou-se no primeiro grupo – mulher e sua identidade –, contudo conceitos educacionais estão presentes em toda a pesquisa. De acordo com MODESTO (2013), funcionários do centro incentivavam as mulheres a construírem o seu papel perante a sociedade. Para isso, abriam rodas de conversas com as pacientes e buscavam responder questões convenientes ao tema.

Sobre o gênero – mulher – e a inserção no mercado de trabalho, percebeu-se que há muitas conquistas pela frente. Mulheres citadas em algumas teses e dissertações afirmaram que as construções da identidade no ambiente profissional, principalmente as consideradas de sexo masculino, são árduas já que questões como estereótipos e preconceitos estão fortemente presentes em ambientes como esse.

Outro destaque é a dupla, tripla jornada que as mulheres enfrentam quando trabalham. Na tese de FABRRO (2006) foi enfatizada a questão da carreira acadêmica, maternidade e lar. Muitas das mulheres entrevistadas na tese afirmaram que o cansaço as consome e que, por muitas vezes, pensaram em desistir, mas ressaltaram que a função de formar um indivíduo é gratificante.

Quanto à violência de gênero, esta também é constantemente presente no estado de São Paulo, com dados muito altos de violência de todas as ordens, simbólica, emocional, física, moral, etc. Algumas pesquisas afirmaram que tais violências ocorrem no ambiente profissional, familiar e educacional.

Entretanto, a dissertação de NEVES (2008) trouxe ocorrências de violências praticadas por

meninas nas instituições escolares. NEVES (2008) afirmou que os vandalismos ocorreram, por muitas vezes, para provar-se que as meninas não eram o sexo frágil, buscando assim sua identidade na escola. Porém, apesar de focar na construção da identidade e conquista do espaço na sociedade, o título da dissertação trouxe um aspecto estereotipado: “As meninas de agora estão piores que os meninos: gênero, conflito e violência na escola”. NEVES (2008) intitulou as meninas como piores que os meninos e durante sua descrição, levanta a tese que as meninas estão sim em um caminho pesado, de violência e revolta, pegando o que de pior têm os homens e que as meninas utilizam no seu dia-a-dia.

Por que as meninas são consideradas mais frágeis que os meninos? Considerando que a dissertação foi escrita por um homem, identificamos estereótipos presentes no autor. Ele não traz a discussão de quanto às meninas não tem referência, de quanto buscam uma referência e é papel da escola, quanto da sociedade, problematizar e desconstruir tal referência androcêntrica.

A linguagem, o pensamento científico androcêntrico, os conteúdos de ensino das diversas disciplinas, os procedimentos pedagógicos e padrões de relação entre professoras (es) e alunas (os) contribuem para manutenção do status quo feminino e masculino. [...]. O androcentrismo que impregna o pensamento científico é um dos preconceitos mais devastadores e está instalado de maneira tão arraigada em nossas concepções que nos torna incapazes de refletir sobre elas e, assim, impede que a relação social homem-mulher se transforme de maneira significativa. A visão androcêntrica do mundo é compartilhada por todos, mulheres e homens, e nos passa despercebida, pois tendo sempre estado nela submersos, encaramo-la como natural, universal e imutável. (PUPO, 2005, p. 1-3)

O gênero – mulher –, após a compreensão e conclusão dos estudos, é visto pela sociedade como uma construção social, e esta vai se alastrando por todos os ambientes, ora profissional, ora familiar, ora educacional, fazendo, muitas vezes, com que as mulheres fiquem presas a papéis sociais ditos como do sexo feminino, indicando-as como devem agir. Algumas dessas mulheres, por pressão, acabam cedendo a esses papéis. Outras, porém, desmitificam estereótipos e enfrentam a sociedade.

Foi possível notar que, apesar das teses e dissertações estarem na maioria das vezes, preocupadas com a questão do gênero – mulher –, com as discriminações e estereótipos ocorridos, alguns dos autores não buscaram, através da análise do resumo, uma possível solução para tais conflitos. Era preciso pensar em algumas questões para levantar apontamentos e discussões diante da pesquisa – tese ou dissertação – estudada: Por que a sociedade não pensa o gênero – mulher – em outras linhas? Porque é um conceito tão rígido e preconceituoso? Quais são as possíveis soluções para acabar com esses estereótipos?

Apesar das poucas saídas dadas pelos autores, pôde-se afirmar que os estudos foram de grande valia para a pesquisa. O número de teses e dissertações trabalhadas, mostraram uma enorme vontade de reconhecimento não só na área educacional, como em várias frentes da sociedade.

Por sua vez, identificamos a falta de pesquisas que possam proliferar a partir do tema estudado, bem como resultados e novas possibilidades de avanços, de visibilidade a mulher.

Considerações finais

Neste estudo tentamos compreender como as políticas públicas do estado de São Paulo lidam com questões envolvendo o gênero – mulher – em situações dentro do contexto escolar, bem como no dia a dia, em lares, com parceiros sexuais e no campo profissional.

Após a análise e os resultados obtidos diante das 20 (vinte) teses e dissertações estudadas, as situações caracterizando o gênero feminino, com apontamentos sobre estereótipos, preconceitos, sexismo, desigualdade, violência de gênero e construção da identidade da mulher, foram olhadas e aqui discutidas, para melhor entender como o tema mulher tem permeado as pesquisas e como podemos caminhar, a partir destas pesquisas, buscando alternativas que elejam equidade e igualdade de gênero, para a melhoria de vida das mulheres.

Casos como a desvalorização do trabalho feminino, a violência e os valores atribuídos às

mulheres ainda estão presentes atualmente na sociedade e aparecem nas pesquisas que foram estudadas. Constatou-se que o sexo feminino ainda ocupa uma posição menor, na maioria dos apontamentos das teses e dissertações, trabalhos de reposição, de grande produtividade e de salários ainda menores em relação aos homens. No caso onde as mulheres ocupam cargos de liderança no estado de São Paulo, os salários são, na maioria das vezes, inferiores comparando-os aos do sexo masculino, o que mostra que não há ainda uma política de igualdade e equidade entre homens e mulheres no campo do trabalho, no campo educacional, e outros campos da sociedade.

O que se observou é que ocorreram várias mudanças no que diz respeito à inclusão das mulheres em ambientes ditos como do sexo masculino, mas ainda há muito que conquistar, fazer, transformar e fazer valer por meio de políticas que olhem para as mulheres.

Quanto às situações envolvendo violência de gênero, com base nos resumos das teses e dissertações estudadas, a violência contra mulher ocorre devido ao posicionamento que se dá a ela na sociedade pelos homens e ainda por muitas mulheres. Há poucas políticas públicas implementadas de atenção às mulheres no estado de São Paulo, para atendê-las com eficiência no que tange a violência. As delegacias de mulheres no estado foram fechadas em sua maioria. As mulheres são atendidas na maior parte das vezes em delegacias de polícias, ocasionando assim um atendimento ineficaz, permeado de imprudências e de não sigilo a violência sofrida pela mulher, afastando a mulher da busca de solução pela violação sofrida.

Em casos específicos da mulher e o lar, as teses e dissertações apontam que as mulheres assumem diversas funções: mãe, mulher, cuidadora do lar e provedora de parte/total do sustento da casa. Acabam assim tendo uma jornada dupla/tripla, onde descansam menos que 8 (oito) horas por dia, assumem responsabilidade ligadas à maternidade e cuidar do marido. Não obstante, algumas mulheres esquecem de si, e são esquecidas pela sociedade, outras, não esquecem de si mesma, já que sua sexualidade e beleza são de extrema importância para a “valorização” e atributos colocados pela sociedade, para fazer parte desta.

No que tange a educação, focando no elemento principal da pesquisa, em papéis como o de professora e aluna, casos de preconceito de gênero também estão presentes. Alunas são prejudicadas, e muitas vezes não conseguem alcançar o sucesso escolar e acabam desistindo dos estudos, voltando, quando necessário, para o EJA, por vários motivos, gravidez precoce, por estarem acima do peso, por serem negras, por serem ‘feias’, por serem desprovidas de sexualidade, por serem lésbicas – isto na visão de alunos do sexo masculino.

Professoras possuem dificuldades em lidar com o lado profissional, materno e pessoal, já que tais funções assumem total responsabilidade feminina. Muitas professoras se colocam no lugar da tia, e o conhecimento de ensino e aprendizagem é pautado em suas relações pessoais, em senso comum, em seus sucessos e sofrimentos privados, sem referência teórica que embasem suas atuações, o que acarreta um prejuízo para todos/as alunos/as, principalmente para as alunas que precisam de uma referência de força, de política de entendimento e luta para a igualdade e equidade de gênero.

Questões visando à conquista de identidade de gênero, assim como estereótipos e preconceitos, são vistos constantemente no ambiente escolar. Mulheres buscam alcançar conquistas, antes não possíveis no ambiente escolar. Por isso, se deparam com situações que as colocam como o sexo frágil. É preciso trazer para o interior da instituição escolar discussões que problematizem os papéis que toda a sociedade atribui aos sexos. Assim professores e estudantes poderão refletir sobre as limitações que todos sofremos com os estereótipos de gênero.

Cabe, as políticas públicas de educação, trazer elementos para que professores possam intervir, mediar, explicar, explicitar, responder e construir trabalhos que apontem o motivo que levam homens a colocar a mulher inferior na esfera social e como engendrar mecanismos de mudanças, dando voz a mulher, possibilitando assim, igualdade e equidade na escola e na vida em comunidade, com o respeito do sexo masculino e da sociedade.

Vale aos homens, por meio das políticas públicas instauradas, perceberem que tais condutas foram construídas socialmente e não se pode naturalizar mais na contemporaneidade condutas que vigoraram durante séculos e ainda estão empregadas contra as mulheres na atualidade.

Diversas foram às conquistas, ora do lado histórico cultural, eliminando estereótipos, ora no lado profissional, político e educacional. Porém, ainda é latente a desigualdade de valores quanto

aos papéis das mulheres diante da sociedade, principalmente com foco educacional, e o estado de São Paulo não se diferencia de outros estados, que rechaçam a participação da mulher em todas as áreas sociais com respeito e dignidade.

Quanto às teses e dissertações, algumas mudanças devem ser tomadas quanto às pesquisas para casos referentes ao tema, para que esse tipo de violência possa ser extinta e que o empoderamento venha no sentido de equidade e igualdade de gênero, por meio de políticas públicas em defesa e dos direitos da mulher.

O que se pode constatar das teses e dissertações pesquisadas, que é dever das políticas públicas não só do estado de São Paulo, como de todos os estados do país, o debate e o diálogo da mulher em todas as áreas, a começar pela escola. A grande construção sobre gênero na escola se faz importante, para que todos reflitam sobre o papel da mulher na escola, comunidade e na sociedade, lançando mão de temas que desconstruam os preconceitos de gênero, construindo assim, novas maneiras de relação entre homens e mulheres, pautados em princípios de dignidade, equidade, igualdade e justiça.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasil Cultural / Brasiliense, 1983.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família: Cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

DINIZ, Daniela. **A escolha de Sofia**. Revista Exame: Editora Abril, ano 36, n. 11, edição 767, 2002.
DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e Literatura no Brasil**. Estud. Av., vol. 17, n. 49. São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Brasil, 2009. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Brasil, 2014. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2014/default.shtm>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GOMES, Munich. **Trabalho doméstico precoce**. 64 f. Tese (Pós-Graduação em psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2000.

HAHNER, June. **A mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MILES, Rosalind. **A história do mundo pela mulher**. Trad. Bárbara Heliondora – Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda: Casa-Maria Editorial, 1989.

OLIVEIRA, Silvério da Costa. **Sexo, sexualidade e sociedade**. Edição 7. Ed. Irradiação Cultural, 2013.

PUPO, Kátia Regina. **Questão de gênero na escola**. Brasil, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20_pupo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Subordinação de gênero e alfabetização no Brasil**. Idéias, n. 19. São Paulo, p. 125-147, 1993.